



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 104\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo carimbo a óleo ou selo branco.

O preço dos anúncios é de 1200\$ a lauda. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

O mínimo de cobrança pela inserção no Boletim Oficial de qualquer anúncio ou outro assunto sujeito a pagamento é de 600\$.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

Os demais actos referente à publicação no Boletim Oficial estão regulamentados pelo Decreto n.º 74/92, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 26/92, de 30 de Junho

ASSINATURAS

| Para o país: | Ano | | Semestre | | |
|--|-----------|-----------|---------------------|-----------|-----------|
| | Ano | Semestre | Ano | Semestre | |
| I Série | 1 800\$00 | 1 200\$00 | I Série | 2 400\$00 | 1 800\$00 |
| II Série | 1 000\$00 | 600\$00 | II Série | 1 600\$00 | 1 200\$00 |
| I e II Séries | 2 500\$00 | 1 500\$00 | I e II Séries | 3 100\$00 | 2 100\$00 |
| AVULSO por cada página .. | 4\$00 | | Para outros países: | | |
| Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa. | | | | | |
| | | | I Série | 2 800\$00 | 2 200\$00 |
| | | | II Série | 2 000\$00 | 1 600\$00 |
| | | | I e II Séries | 3 500\$00 | 2 500\$00 |

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto-Regulamentar n.º 2/96:

Define o modelo da declaração de interesses, património e rendimentos dos titulares de cargos políticos e equiparados.

CHEFIA DO GOVERNO:

Rectificação:

Às Resoluções n.ºs 16, 17, 18 e 19/96, publicado no Boletim Oficial n.º 16, I Série, de 27 de Maio de 1996.

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES:

Portaria n.º 24/96:

Põe em circulação a partir do dia 31 de Agosto de 1996, selos da emissão "50.º Aniversário do UNICEF."

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Regulamentar n.º 2/96

de 8 de Julho

Tendo em conta a necessidade de se dar exequibilidade prática ao regime jurídico do controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos e equiparados instituído pela Lei n.º 139/IV/95, de 31 de Outubro;

Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 139/IV/95, de 31 de Outubro;

No uso da faculdade conferida pela alínea b) artigo 217.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

O presente diploma define o modelo da declaração de interesses, património e rendimentos dos titulares de cargos políticos e equiparados.

Artigo 2.º

1. A declaração de interesses, património e rendimentos dos titulares dos cargos políticos e equiparados, a que se refere o artigo 3.º, n.º 1 alínea a) da Lei n.º 139/IV/95, de 31 de Outubro será efectuada em impresso modelo n.º 1, anexo ao presente diploma.

2. A declaração a que alude o artigo 3.º, n.º 1 alínea c) da mesma lei será efectuada em impresso modelo n.º 2, anexo ao presente diploma.

Artigo 3.º

Nas declarações prestadas nos termos do artigo anterior serão discriminados, em capítulos autónomos, os seguintes elementos, de modo a permitir uma avaliação rigorosa dos interesses, património e rendimentos líquidos dos declarantes:

- Activo patrimonial (capítulo I);
- Passivo (capítulo II);
- Rendimento colectável bruto para efeitos de tributação sobre o rendimento (capítulo III);
- Contratos e acumulação de funções públicas (capítulo IV);
- Cargos sociais e associativos exercidos (capítulo V).

Artigo 4º

No capítulo I das declarações serão mencionados os elementos respeitantes às seguintes rubricas:

- a) Património imobiliário;
- b) Quotas, acções, participações ou outras partes sociais do capital de sociedades civis ou comerciais;
- c) Obrigações, títulos da dívida pública e contas bancárias;
- d) Direitos sobre barcos, aeronaves ou veículos automóveis;
- e) Aplicações financeiras e direitos de crédito no valor superior a 500.000\$00;
- f) Outros elementos do activo patrimonial.

Artigo 5º

1. Consideram-se bens do património imobiliário os prédios, rústicos ou urbanos, aí se englobando as plantações, edifícios ou construções de qualquer natureza neles incorporados ou assentes com carácter de permanência, desde que, em circunstâncias normais, sejam susceptíveis de rendimento, ainda que estejam isentos de contribuição predial autárquica.

2. Os referidos bens serão, para efeito de declaração, identificados pela respectiva situação, indicação da sua natureza rústica ou urbana, sumária descrição, bem como pela respectiva inscrição matricial.

Artigo 6º

Os elementos patrimoniais mencionados na alínea b) do do artigo 4º serão descritos pela identificação da sociedade civil ou comercial a que se reportam, através de menção da respectiva firma ou denominação social, sede e data de constituição.

Artigo 7º

1. Consideram-se integrados na rubrica mencionada na alínea d) os direitos reais sujeitos a registo relativamente a:

- a) Barcos, que se destinem a recreio ou a qualquer actividade de natureza comercial ou industrial;
- b) Aeronaves, de uso particular, qualquer que seja a finalidade da sua utilização, ainda que de recreio;
- c) Automóveis, tanto ligeiros como pesados, de carga ou mistos, ou motociclos de passageiros.

2. A identificação dos mencionados bens far-se-á pela menção da respectiva matrícula, marca, classe, tipo e modelo.

Artigo 8º

1. Consideram-se como integrantes da rubrica mencionada na alínea c) do artigo 4º as obrigações e títulos da dívida pública ou quaisquer outros títulos de crédito, com excepção de letras e livranças.

2. Consideram-se ainda como integrantes da mesma rubrica os valores, em numerário ou em títulos, depositados em contas a prazo e à ordem em qualquer estabelecimento bancário ou similar.

Artigo 9º

Consideram-se como integrantes da rubrica mencionada na alínea e) do artigo 4º as aplicações financeiras e os direitos de crédito de valor superior a 500.000\$00.

Artigo 10º

1. Os bens referidos no nº 1 do artigo 8º serão descritos pela identificação dos títulos, mediante a declaração dos seus números, qual a entidade emitente, o valor facial de cada e o juro estipulado.

2. Os valores a que se refere o nº 2 do artigo 9º serão descritos pela indicação do seu montante, bem como a entidade depositária, número da conta, data do depósito, termo do prazo e taxa de juro fixada.

3. Os créditos a que alude o artigo 9º serão identificados através da indicação do seu montante, sendo líquido, entidade devedora e data de vencimento.

Artigo 11º

Na rubrica "Outros elementos do activo patrimonial" descrever-se-ão os estabelecimentos comerciais ou industriais, de que o declarante seja proprietário na qualidade de empresário em nome individual.

Artigo 12º

No capítulo II das declarações referidas no artigo 2º serão mencionados os débitos que oneram o património do declarante, mencionando-se:

- a) A identificação do credor;
- b) O montante do débito;
- c) A data do vencimento.

Artigo 13º

O capítulo III das declarações conterà os elementos respeitantes a rendimentos sujeitos a tributação referentes a:

- a) Trabalho incluindo, os abonos e pensões relativos à situação de reserva, de aposentação ou reforma;
- b) Aplicação de capitais;
- c) Pensões e rendas, temporárias ou vitalícias.

Artigo 14º

1. Do capítulo IV das declarações constarão discriminadamente os cargos de administrador, gerente, gestor, membro de comissão administrativa, de conselho fiscal ou de comissão de fiscalização, membro de mesa de assembleia geral ou de órgãos ou cargos análogos de quaisquer sociedades comerciais, civis sob forma comercial, cooperativas ou públicas e ainda a pertença ou o exercício de cargos em associações profissionais ou outras associações públicas ou privadas, desde que tais cargos tenham sido ocupados nos últimos 2 anos anteriores à emissão das declarações.

2. Relativamente a cada um dos cargos declarados será feita menção das datas do início de funções e do respectivo termo, se já tiver ocorrido.

Artigo 15º

1. As declarações de interesses, património e rendimentos serão pessoalmente entregues em duplicado pelo obrigado à sua apresentação, ou procurador que legalmente o represente, contra recibo, no Supremo Tribunal de Justiça, ou pelo correio, sobre registo e com aviso de recepção, em envelope dirigido ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, caso em que a assinatura do declarante deverá ser reconhecida notarialmente.

2. O Supremo Tribunal de Justiça devolverá ao remetente o duplicado da declaração, apondo no mesmo nota de recibo.

Artigo 16º

1. A declaração será registada na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, em livro próprio, modelo nº 3, anexo ao presente diploma, de conformidade com os elementos fornecidos pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça ou pelo Conselheiro por ele indicado, atento o disposto no nº 3 deste artigo.

2. O livro referido no número anterior terá termos de abertura e encerramento, assinados pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que rubricará todas as folhas, as quais serão numeradas.

3. De cada registo de declaração constará:

- c) A identificação do declarante, com indicação do cargo político ou equiparado que exerce;
- b) A data de apresentação;
- c) A menção do número do processo respectivo e do lugar de arquivo do mesmo.

4. À margem do registo averbar-se-á:

- a) Nota identificativa da declaração a que se refere o artigo 3º, nº 1, alínea c) da Lei nº 139/IV/95, de 31 de Outubro;
- b) Nota identificativa das decisões proferidas nos termos do artigo 7º da Lei nº 139/IV/95, de 31 de Outubro.

Artigo 17º

1. O original da declaração a que se refere o nº 1 do artigo 2º será autuado em processo organizado por cada declarante.

2. Será incorporada no mesmo auto, logo que prestada, a declaração referida no nº 2 do artigo 2º.

3. O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça promoverá a manutenção, por forma devidamente actualizada, de um ficheiro onomástico referente aos processos individuais mencionados nos números anteriores de modo a permitir fácil acesso aos mesmos.

Artigo 18º

O processamento automático dos dados referentes aos processos e ficheiro mencionados nos nº 1 a 3 do artigo anterior só será permitido por lei da Assembleia Nacional.

Artigo 19º

1. O acesso aos processos mencionados no artigo 2º é garantido através da sua consulta em local reservado e por indicação do Presidente do Supremo Tribunal ou do Conselheiro por ele indicado, durante as horas de expediente.

2. Em casos devidamente justificados, pode o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça mandar passar certidões do processo.

Artigo 20º

1. Têm legitimidade para ter acesso aos processos:

- a) O declarante;
- b) Quaisquer entidades públicas, no âmbito das respectivas funções;
- c) Quaisquer pessoas, individuais ou colectivas, por motivo que seja considerado de relevante interesse público.

2. O acesso aos dados depende de prévia autorização do Supremo Tribunal de Justiça, a proferir mediante acórdão sobre requerimento formulado pelo interessado ou seu mandatário.

3. O requerente deverá articular factos concretos demonstrativos da existência de relevante interesse público, indicar concretamente quais as informações pretendidas e subscrever uma declaração em que afirme ter conhecimento da responsabilidade criminal estabelecida no artigo 7º da Lei nº 139/IV/95, de 31 de Outubro.

4. O acto de consulta deverá ser registado no próprio processo, mediante cota, identificando a data da mesma, o consulente e o motivo da consulta.

Artigo 21º

1. Em casos e circunstâncias devidamente justificadas, em que o interesse público imponha o esclarecimento da situação patrimonial das entidades mencionadas no artigo 2º da Lei nº 139/IV/95, de 31 de Outubro, nomeadamente por haver dúvidas publicamente manifestadas sobre a veracidade das declarações prestadas, poderá o Supremo Tribunal de Justiça, a requerimento das entidades mencionadas no nº 1 do artigo anterior deliberar por acórdão a sua divulgação narrativa ou por extracção de comunicado emitido oficialmente pelo mesmo Tribunal.

2. O referido comunicado estará em tudo sujeito ao regime jurídico das notas oficiosas governamentais.

Artigo 22º

Aplica-se, com as devidas adaptações, à declaração referida no nº 2 do artigo 2º o regime previsto no presente diploma.

Artigo 23º

Pela prestação das declarações mencionadas no artigo 2º não haverá lugar ao pagamento de qualquer preparo ou imposto de justiça.

Artigo 24º

Da omissão ou inexatidão das declarações a que se refere o artigo 2º o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça dará conhecimento, para os fins tidos convenientes, ao representante do ministério público junto daquele tribunal.

Artigo 25º

Os modelos anexos ao presente diploma poderão ser alterados por portaria conjunta do Primeiro Ministro e do Ministro responsável pela área das Finanças.

Artigo 26º

O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 18 de Maio de 1996

Carlos Veiga. — *António Gualberto do Rosário* — *Simão Monteiro.*

Promulgado em 3 de Junho de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, **ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO.**

Referendado em 4 de Junho de 1996.

O Primeiro-Ministro, *Carlos Veiga.*



REPÚBLICA DE CABO VERDE

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Modelo 1 - INÍCIO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES (Artigo 3º nº 1 alínea a) da Lei nº 139/IV/95 de 31 de Outubro
DO CARGO _____ ANO DE 199__

DECLARAÇÃO DE INTERESSES, PATRIMÓNIO E RENDIMENTOS DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS E EQUIPARADOS

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

Nome completo: _____

Endereço (rua, nº, e andar): _____

Localidade _____

Código postal: _____

telefone (____) _____

Freguesia _____

Concelho: _____

Bilhete de Identidade nº _____

Arquivo de _____

Número de identificação fiscal: _____

Sexo: _____

Natural de: _____

Nascido em ____/____/____

Profissão: _____

Estado civil (se casado, indicar o nome completo do cônjuge e regime de bens): _____

União de facto (indicar o nome completo da pessoa com que vive em união de facto): _____

CAPÍTULO I - ACTIVO PATRIMONIAL

I A - PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

Consideram-se bens do património imobiliário os prédios, rústicos ou urbanos, neles se englobando as plantações, edifícios ou construções de qualquer natureza, neles incorporados ou assentes com carácter de permanência, desde que, em circunstâncias normais sejam susceptíveis de rendimento e ainda que estejam isentos de contribuição predial autárquica.

Os referidos bens serão, para efeito de declaração, identificados pela respectiva situação, identificação da sua natureza rústica ou urbana, sumária descrição bem como pela respectiva inscrição matricial.

DESCRIÇÃO:

I B - QUOTAS, ACÇÕES, PARTICIPAÇÕES, OUTRAS PARTES SOCIAIS DO CAPITAL DE SOCIEDADES CIVIS OU COMERCIAIS

Estes elementos patrimoniais serão descritos pela identificação da sociedade civil ou comercial a que se reportam, através, de menção da respectiva firma ou denominação social, sede e data de constituição.

DESCRIÇÃO:

I C - OBRIGAÇÕES, TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA OU CONTAS BANCÁRIAS

Consideram-se integrados nesta rúbrica:

- a) As obrigações e títulos de dívida pública ou quaisquer outros títulos de crédito, com excepção de letras e livranças;
- b) Os valores, em numerário ou em títulos, depositados em contas a prazo ou a ordem em qualquer estabelecimento bancário ou simular.

A descrição dos bens abrangidos pela alínea a) faz-se pela identificação dos títulos, mediante a declaração dos seus números, qual a entidade emitente, o valor facial de cada e o juro estipulado.

A descrição dos bens abrangidos pela alínea b) faz-se pela indicação do seu montante, bem como da entidade depositaria, número da conta, data do depósito, termo do prazo e a taxa de juro fixada.

DESCRIÇÃO:

I D - DIREITOS SOBRE BARCOS, AERONAVES OU VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

Consideram-se integrados nesta rúbrica os direitos reais sujeitos a registo relativamente a:

- a) Barcos, que se destinem a recreio ou a qualquer actividade de natureza comercial ou industrial;
- b) Aeronaves de uso particular, qualquer que seja a finalidade da sua utilização, ainda que de recreio;
- c) Automóveis, tanto ligeiros como pesados, de carga ou misto, ou motociclos de passageiros.

A descrição destes bens faz-se através da menção da respectiva matrícula, marca, tipo e modelo.

DESCRIÇÃO:

I E - APLICAÇÕES FINANCEIRAS E DIREITOS DE CRÉDITO DE VALOR SUPERIOR
A QUINHENTOS MIL ESCUDOS

Consideram-se integrados nesta rúbrica as aplicações financeiras e os direitos de crédito de valor superior a quinhentos mil escudos. Os créditos serão identificados através da indicação do seu montante, sendo líquido, entidade devedora, data de vencimento.

DESCRIÇÃO:

I F - OUTROS ELEMENTOS DO ACTIVO PATRIMONIAL

Consideram-se integrados nesta rúbrica os estabelecimentos comerciais, ou industriais de que o declarante seja proprietário na qualidade de empresário em nome individual.

DESCRIÇÃO:

CAPÍTULO II - PASSIVO

DÉBITOS QUE ONERAM O PATRIMÓNIO DO DECLARANTE

Na descrição dos débitos a identificação do credor - quando se trate de Estado, e outras entidades públicas, particulares, de instituições de crédito ou outras de natureza semelhante - o montante do débito e a data do vencimento.

DESCRIÇÃO:

CAPÍTULO III - RENDIMENTO COLECTAVEL BRUTO PARA EFEITOS DE TRIBUTAÇÃO SOBRE O RENDIMENTO

III A - RENDIMENTOS DE PRÉDIOS RÚSTICOS E URBANOS

| Nome da pessoa em que figuram os rendimentos | Concelho em que se efectua a liquidação | Rendimento colectável Bruto |
|--|---|-----------------------------|
| | | |

III B - RENDIMENTOS DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA

| Nome da pessoa em que figuram os rendimentos | Concelho em que se efectua a liquidação | Rendimento colectável Bruto |
|--|---|-----------------------------|
| | | |

III C - RENDIMENTOS DE ACTIVIDADE COMERCIAL E INDUSTRIAL

| Nome da pessoa em que figuram os rendimentos | Concelho em que se efectua a liquidação | Rendimento colectável Bruto |
|--|---|-----------------------------|
| | | |

| III D - RENDIMENTOS DO TRABALHO (incluindo os abonos e pensões relativos à situação de reserva, de aposentação ou reforma) | | |
|--|---|-----------------------------|
| Nome da pessoa em que figuram os rendimentos | Concelho em que se efectua a liquidação | Rendimento colectável Bruto |
| | | |

| III E - RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO DE CAPITAIS | | |
|--|---|-----------------------------|
| Nome da pessoa em que figuram os rendimentos | Concelho em que se efectua a liquidação | Rendimento colectável Bruto |
| | | |

III F - PENSÕES E RENDAS, TEMPORÁRIAS OU VITALÍCIAS

| Nome da pessoa em que figuram os rendimentos | Residência ou sede | Rendimento colectável Bruto |
|--|--------------------|-----------------------------|
| | | |

CAPÍTULO IV - CONTRATOS E ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

CONTRATOS E ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

Desta rubrica deve constar a discriminação dos contratos de que o declarante é parte com entidades públicas, especificando-se o seu objecto e o montante da contraprestação, as situações de acumulação de funções públicas ou de funções públicas e privadas respectivas autorizações, bem como a indicação da natureza das funções e os montantes percebidos ou a perceber.

DESCRIÇÃO:

| |
|---|
| <p style="text-align: center;">[Faint background image of a mountain range]</p> |
|---|

CAPÍTULO V - CARGOS SOCIAIS E ASSOCIATIVOS EXERCIDOS

CARGOS SOCIAIS

Desta rubrica deve constar a discriminação dos cargos de administrador, gerente, gestor, director membro de comissão administrativa, do conselho fiscal e comissão de fiscalização, membro de mesa de assembleia geral ou órgãos ou cargos análogos, de quaisquer sociedades comerciais, civis sob forma comercial, cooperativas ou públicas ou ainda a pertença e o exercício de cargos em associações profissionais ou outras associações públicas ou privadas, desde que tais cargos ou o ingresso tenham sido ocupados ou tenham tido lugar nos últimos dois anos anteriores à comissão das declarações.

Relativamente a cada um dos cargos será feita menção das datas do início de funções, e do respectivo termo se já tiver ocorrido, começando pelos mais recentes.

| Cargo | Entidade | Datas de | |
|-------|----------|----------|-------|
| | | Início | Termo |
| | | | |

Data

O Declarante

___/___/___

O Procurador: _____

Nome completo: _____

Bilhete de Identidade nº _____ do arquivo de _____

RECIBO

Declaro que recebi a presente declaração, em duplicado, cujo duplicado devolvo com a presente nota de recebimento.

Supremo Tribunal de Justiça, _____ de _____ de 19 _____

O _____



REPÚBLICA DE CABO VERDE

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Modelo 2 - CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES (Artigo 3º nº 1 alínea c) da Lei nº 139/IV/95 de 31 de Outubro
DO CARGO _____ ANO DE 199_____

DECLARAÇÃO DE INTERESSES, PATRIMÓNIO E RENDIMENTOS
DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS E EQUIPARADOS

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

| | |
|--|---------------------------|
| Nome completo: _____ | |
| Endereço (rua, nº, e andar): _____ | |
| Localidade _____ | |
| Código postal: _____ | telefone (____) _____ |
| Freguesia _____ | Concelho: _____ |
| Bilhete de Identidade nº _____ | Arquivo de _____ |
| Número de identificação fiscal: _____ | Sexo: _____ |
| Natural de: _____ | Nascido em ____/____/____ |
| Profissão: _____ | |
| Estado civil (se casado, indicar o nome completo do cônjuge e regime de bens: _____ | |
| União de facto (indicar o nome completo da pessoa com que vive em união de facto): _____ | |

CAPÍTULO I - ACTIVO PATRIMONIAL

I A - PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

Consideram-se bens do património imobiliário os prédios, rústicos ou urbanos, neles se englobando as plantações, edifícios ou construções de qualquer natureza, neles incorporados ou assentes com carácter de permanência, desde que, em circunstâncias normais sejam susceptíveis de rendimento e ainda que estejam isentos de contribuição predial autárquica.

Os referidos bens serão, para efeito de declaração, identificados pela respectiva situação, identificação da sua natureza rústica ou urbana, sumária descrição bem como pela respectiva inscrição matricial.

DESCRIÇÃO:

I B - QUOTAS, ACÇÕES, PARTICIPAÇÕES, OUTRAS PARTES SOCIAIS DO CAPITAL DE SOCIEDADES CIVIS OU COMERCIAIS

Estes elementos patrimoniais serão descritos pela identificação da sociedade civil ou comercial a que se reportam, através, de menção da respectiva firma ou denominação social, sede e data de constituição.

DESCRIÇÃO:

I C - OBRIGAÇÕES, TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA OU CONTAS BANCÁRIAS

Consideram-se integrados nesta rúbrica:

- a) As obrigações e títulos de dívida pública ou quaisquer outros títulos de crédito, com excepção de letras e livranças;
- b) Os valores, em numerário ou em títulos, depositados em contas a prazo ou a ordem em qualquer estabelecimento bancário ou simular.

A descrição dos bens abrangidos pela alínea a) faz-se pela identificação dos títulos, mediante a declaração dos seus números, qual a entidade emitente, o valor facial de cada e o juro estipulado.

A descrição dos bens abrangidos pela alínea b) faz-se pela indicação do seu montante, bem como da entidade depositaria, número da conta, data do depósito, termo do prazo e a taxa de juro fixada.

DESCRIÇÃO:

I D - DIREITOS SOBRE BARCOS, AERONAVES OU VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

Consideram-se integrados nesta rúbrica os direitos reais sujeitos a registo relativamente a:

- a) Barcos, que se destinem a recreio ou a qualquer actividade de natureza comercial ou industrial;
- b) Aeronaves de uso particular, qualquer que seja a finalidade da sua utilização, ainda que de recreio;
- c) Automóveis, tanto ligeiros como pesados, de carga ou misto, ou motociclos de passageiros.

A descrição destes bens faz-se através da menção da respectiva matrícula, marca, tipo e modelo.

DESCRIÇÃO:

**I E - APLICAÇÕES FINANCEIRAS E DIREITOS DE CRÉDITO DE VALOR SUPERIOR
A QUINHENTOS MIL ESCUDOS**

Consideram-se integrados nesta rúbrica as aplicações financeiras e os direitos de crédito de valor superior a quinhentos mil escudos. Os créditos serão identificados através da indicação do seu montante, sendo líquido, entidade devedora, data de vencimento.

DESCRIÇÃO:

I F - OUTROS ELEMENTOS DO ACTIVO PATRIMONIAL

Consideram-se integrados nesta rúbrica os estabelecimentos comerciais, ou industriais de que o declarante seja proprietário na qualidade de empresário em nome individual.

DESCRIÇÃO:

CAPÍTULO II - PASSIVO**DÉBITOS QUE ONERAM O PATRIMÓNIO DO DECLARANTE**

Na descrição dos débitos a identificação do credor - quando se trate de Estado, e outras entidades públicas, particulares, de instituições de crédito ou outras de natureza semelhante - o montante do débito e a data do vencimento.

DESCRIÇÃO:**CAPÍTULO III - RENDIMENTO COLECTAVEL BRUTO PARA EFEITOS DE TRIBUTAÇÃO SOBRE O RENDIMENTO****III A - RENDIMENTOS DE PRÉDIOS RÚSTICOS E URBANOS**

| Nome da pessoa em que figuram os rendimentos | Concelho em que se efectua a liquidação | Rendimento colectável Bruto |
|--|---|-----------------------------|
| | | |

III B - RENDIMENTOS DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA

| Nome da pessoa em que figuram os rendimentos | Concelho em que se efectua a liquidação | Rendimento colectável Bruto |
|--|---|-----------------------------|
| | | |

III C - RENDIMENTOS DE ACTIVIDADE COMERCIAL E INDUSTRIAL

| Nome da pessoa em que figuram os rendimentos | Concelho em que se efectua a liquidação | Rendimento colectável Bruto |
|--|---|-----------------------------|
| | | |

| III D - RENDIMENTOS DO TRABALHO (incluindo os abonos e pensões relativos à situação de reserva, de aposentação ou reforma) | | |
|--|---|-----------------------------|
| Nome da pessoa em que figuram os rendimentos | Concelho em que se efectua a liquidação | Rendimento colectável Bruto |
| | | |

| III E - RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO DE CAPITAIS | | |
|--|---|-----------------------------|
| Nome da pessoa em que figuram os rendimentos | Concelho em que se efectua a liquidação | Rendimento colectável Bruto |
| | | |

III F - PENSÕES E RENDAS, TEMPORÁRIAS OU VITALÍCIAS

| Nome da pessoa em que figuram os rendimentos | Residência ou sede | Rendimento colectável Bruto |
|--|--------------------|-----------------------------|
| | | |

CAPÍTULO IV - CONTRATOS E ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

CONTRATOS E ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

Desta rubrica deve constar a discriminação dos contratos de que o declarante é parte com entidades públicas, especificando-se o seu objecto e o montante da contraprestação, as situações de acumulação de funções públicas ou de funções públicas e privadas respectivas autorizações, bem como a indicação da natureza das funções e os montantes percebidos ou a perceber.

DESCRIÇÃO:

Empty space for description of contracts and accumulation of public functions.

CAPÍTULO V - CARGOS SOCIAIS E ASSOCIATIVOS EXERCIDOS

| CARGOS SOCIAIS | | | |
|--|----------|----------|-------|
| <p>Desta rubrica deve constar a discriminação dos cargos de administrador, gerente, gestor, director membro de comissão administrativa, do conselho fiscal e comissão de fiscalização, membro de mesa de assembleia geral ou órgãos ou cargos análogos, de quaisquer sociedades comerciais, civis sob forma comercial, cooperativas ou públicas ou ainda a pertença e o exercício de cargos em associações profissionais ou outras associações públicas ou privadas, desde que tais cargos ou o ingresso tenham sido ocupados ou tenham tido lugar nos últimos dois anos anteriores à comissão das declarações.</p> <p>Relativamente a cada um dos cargos será feita menção das datas do início de funções, e do respectivo termo se já tiver ocorrido, começando pelos mais recentes.</p> | | | |
| Cargo | Entidade | Datas de | |
| | | Início | Termo |
| | | | |

Data

O Declarante

___/___/___

O Procurador: _____

Nome completo: _____

Bilhete de Identidade nº _____ do arquivo de _____

RECIBO

Declaro que recebi a presente declaração, em duplicado, cujo duplicado devolvo com a presente nota de recebimento.

Supremo Tribunal de Justiça, _____ de _____ de 19 _____

O _____

Formato da folha: A4

MODELO 3 - LIVRO DE REGISTO DE DECLARAÇÕES

Declaração de (a) _____ de funções apresentadas

em ____/____/____ Registo nº _____

Registo nº _____

Reclação de (a) _____ do exercício das funções
de (b) _____

Decisões proferidas nos termos do artigo 7º da Lei
nº 139/IV/95 de 31 de Outubro: _____

Declarante (c) _____

idade: _____ anos, estado: _____

naturalidade: _____

Residência habitual: _____

Apresentação efectuada no dia ____ de _____
de 199 ____ (d)

Processo nº _____ Arquivado em _____

O Supremo Tribunal de Justiça (e)

(a) Início ou cessão;

(b) Cargo;

(c) Nome completo;

(d) Pelo declarante, por procurador (nome e residência habitual) ou pelo correio;

(e) Se não for o secretário a assinar o registo, deverá indicar a categoria do funcionário que o substitui e o facto da substituição legal.

CHEFIA DO GOVERNO

Secretariado do Conselho de Ministros

Retificação

Por ter saído de forma inexacta as datas das Resoluções nºs 16, 17, 18 e 19/96, publicado no Boletim Oficial nº 16, I Série, de 27 de Maio de 1996, rectifica-se:

Ode se lê:

“Resolução nº /96
de 27 de Março”

Deve ler-se:

“Resolução nº /96
de 27 de Maio.

Secretariado do Conselho de Ministros, na Praia, 25 de Junho de 1996. — A Secretária do Conselho de Ministros, *Eveline de Mello Figueiredo*.

—oSo—

**MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS
E TRANSPORTES**

Gabinete do Ministro

Portaria nº 24/96

de 8 de Julho

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro das Infraestruturas e Transportes o seguinte:

Artigo único. — São postos em circulação a partir do dia 31 de Agosto de 1996, selos da emissão “50º Aniversário da UNICEF” com características, quantidades e taxas seguintes:

| | |
|-----------------------|-------------------------------------|
| Dimensões | 40,00 X 30,60 ^{mm} |
| Denteado | 12 X 12 1/2 |
| Impressão | Offset a quatro cores |
| Peso de papel | 102 g/m ² |
| Tipo de papel | Couché gomado |
| Casa Impressora | Imprensa Nacional- Casa da Moeda |

Folhas com 50 selos de cada taxa

Envelopes do 1º dia com selos..... 1 000 110\$00

| <u>Quantidade</u> | <u>e</u> | <u>Taxas</u> |
|-------------------|----------|--------------|
| 50 000 | | 20\$00 |
| 50 000 | | 40\$00 |

Ministério das Infraestruturas e Transportes, na Praia, de Junho de 1996. — O Ministro, *Armindo Gregório Ferreira Júnior*.